



A primeira edição do presente trabalho foi lançada em março de 2003, em Portugal, por ocasião de Congresso dos Tribunais de Contas dos países de língua portuguesa, e, em abril de 2003, no Brasil, esgotando-se rapidamente a primeira e segunda tiragens. Sucederam-lhe a 2ª edição, lançada em 2005, com duas tiragens e a 3ª edição, lançada em 2012, com uma tiragem. Somando as edições e tiragens esta obra já teve 4.000 exemplares postos em circulação. Decidi atualizá-lo com decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União e de outros tribunais que, muitas vezes referindo este trabalho, acrescentaram novas perspectivas como, por exemplo, limites ao contraditório e à ampla defesa e às denúncias. Cada vez mais o tema controle, num país ávido de prestação de contas públicas e resgate dos valores da probidade e eficiência, assume relevância.

O livro se divide em cinco capítulos:

I. A função do controle, estudando a evolução, os princípios, os tipos e os sistemas de controle;

II. Jurisdição dos Tribunais de Contas, apresentando as situações em que essas Cortes detêm jurisdição e os fundamentos jurídicos dessa exceção ao monopólio da função jurisdicional do Poder Judiciário;

III. Competência dos Tribunais de Contas, estudando as principais competências e como são operacionalizadas;

IV. Defesa nos Tribunais de Contas, analisando a forma e os principais meios de defesa que as partes ou seus

procuradores podem se utilizar no âmbito dessas Cortes e as peculiaridades em relação ao Poder Judiciário;

V. Estrutura e composição dos Tribunais de Contas, analisando a estrutura, composição, representação judicial das Cortes de Contas e a relação funcional e ética dos agentes de controle.

O desenvolvimento dos capítulos fundamenta-se em doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores e tem a audaciosa pretensão de servir de guia seguro aos operadores das normas e funções afetas ao sistema de controle do Brasil. Para facilitar a consulta, são oferecidos dois índices: o sumário, no início do livro, com todos os títulos e subtítulos, e o índice de assuntos, no final, integralmente reformulado e ampliado com verbetes e subverbetes que remetem aos temas mais importantes, organizados em ordem alfabética.

Brasília, janeiro de 2016.

O autor

Autor

J. U. Jacoby Fernandes

TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

Área específica

Direito Público.

Público-alvo

Todos da área jurídica.

Formato: 17x24 cm

CÓDIGO: 10000961

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, J. U. *Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência*. 4. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 823 p. (Coleção Jacoby de Direito Público, v. 3). ISBN 978-85-450-0129-4.

J17t

JACOBY FERNANDES, J. U. *Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência*. / Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 4. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 823 p. ISBN 978-85-450-0129-4. 1. Brasil - Tribunal de Contas da União. 2. Tribunal de contas - competência - Brasil. 3. Tribunal de contas - Brasil. 4. Prestação de contas - Julgamento - Brasil. 5. Tribunal de contas - História - Brasil. 6. Tribunal de contas - Atividades - Brasil. 7. Tribunal de contas - Poderes e atribuições - Brasil. 8. Função jurisdicional - Brasil. I. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. II. Título. CDU: 342.9 CDD 351.94(81)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	23
NOTA À 4ª EDIÇÃO	29
APRESENTAÇÃO	31
CAPÍTULO I - A FUNÇÃO DE CONTROLE	33
1.1. Natureza	33
1.2. evolução do termo controle	35
1.3. generalização do controle.....	37
1.4. controle como direito fundamental	39
1.5. princípios específicos do controle	40
1.5.1. <i>princípio da segregação das funções</i>	41
1.5.2. <i>princípio da independência técnico-funcional</i>	42
1.5.3. <i>princípio da relação custo/benefício</i>	44
1.5.3.1. economicidade do controle.....	44
1.5.3.2. economicidade e legalidade	45
1.5.4. <i>princípio da qualificação adequada</i>	46
1.5.5. <i>princípio da aderência a diretrizes e normas</i>	47
1.6. tipos de controle	52
1.6.1. <i>legalidade</i>	52
1.6.2. <i>legitimidade</i>	53
1.6.3. <i>economicidade</i>	54
1.7. sistemas de controle	55
1.7.1. <i>controle social</i>	55
1.7.2. <i>controle interno e controle externo</i>	57
1.7.2.1. relações entre o controle interno e controle externo	58
1.7.2.2. controle interno – conceito	60
1.7.2.2.1. amplitude do controle interno	60
1.7.2.2.1.1. legalidade	61
1.7.2.2.1.1.1. convalidação	62
1.7.2.2.1.1.2. invalidação	65
1.7.2.2.1.2. eficiência	67
1.7.2.2.1.2.1. correções e alterações de atos e contratos	69
1.7.2.2.1.2.2. revogação	70
1.7.2.2.2. limites à ação do controle interno	71
1.7.2.2.2.1. limite temporal à revisibilidade de atos ilegais	72
1.7.2.2.2.1.1. análise do precedente do TCU e dos argumentos que o fundamentou	75
10 J. U. JACOBY FERNANDES	
1.7.2.2.2.1.2. validade ou invalidade jurídica da recomendação do Tribunal de Contas que ordena ao administrador público alteração de ato alcançado pela decadência	76
1.7.2.2.2.1.3. a má-fé como fator impeditivo da decadência	78

1.7.2.2.1.4. entendimento do Poder Judiciário sobre o art. 54 da Lei nº 9.784/1999	79
1.7.2.2.1.5. conclusão	82
1.7.2.2.2. limite temporal sobre atos revogáveis	83
1.7.2.2.3. limite sobre o mérito do ato	84
1.7.2.2.4. atos complexos	88
1.7.2.2.5. atos vinculados	88
1.7.2.2.6. atos discricionários	89
1.7.2.2.7. apuração de responsabilidade	90
1.7.2.3. controle interno – unidade da administração	91
1.7.2.3.1. estruturação sistêmica	92
1.7.2.3.2. obrigatoriedade da instituição	93
1.7.2.3.3. funções constitucionais	94
1.7.2.3.3.1. avaliar o cumprimento de metas e programas	94
1.7.2.3.3.2. avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial	97
1.7.2.3.3.3. controlar as operações de crédito, aval, garantia, direitos e haveres	98
1.7.2.3.3.4. apoiar o controle externo	99
1.7.2.3.3.4.1. exame prévio ao controle externo	99
1.7.2.3.3.4.2. orientação em conformidade com a jurisprudência dos Tribunais de Contas	100
1.7.2.3.3.4.3. comunicação de irregularidade	100
1.7.2.3.3.4.4. relação entre as funções do controle interno	102
1.7.2.3.3.4.5. princípios do controle interno	102
1.7.3. sistemas de controle externo	102
1.7.3.1. participação em atos compostos	105
1.7.3.2. controle financeiro	106
1.7.3.3. controle jurisdicional	107
1.7.3.3.1. julgamento das contas anuais do Presidente da República	109
1.7.3.3.2. julgamento das contas anuais do governador e do prefeito	110
1.7.3.3.3. intervenção.....	112
1.7.3.3.4. contas anuais dos três poderes	112
1.7.3.4. comissão parlamentar de inquérito	115
1.7.3.5. Tribunais de Contas ou controlador-geral	117

CAPÍTULO II - JURISDIÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

2.1. jurisdição – conceito	120
2.2. jurisdição – poder do Estado	122
2.3. jurisdição e coisa julgada	124
2.3.1. coisa julgada formal e material.....	125
2.3.2. crítica à visão unilateral do direito judiciário	125
2.3.3. coisa julgada e exercício da função jurisdicional	126
2.4. coisa julgada administrativa	126
2.5. limites à revisão judiciária dos atos administrativos em geral	127

TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL 11

2.6. atos judiciais e administrativos que podem ou não produzir coisa julgada	129
2.7. exercício da função jurisdicional fora do Poder Judiciário	130
2.8. teoria da separação das funções do Estado	132
2.9. posição institucional e natureza das funções dos Tribunais de Contas	138
2.10. exercício da função jurisdicional pelos Tribunais de Contas do Brasil	146
2.11. exercício da função jurisdicional pelos Tribunais de Contas no direito comparado	156
2.11.1. Corte de Contas francesa	157
2.11.2. Corte de Contas italiana	158
2.11.3. Corte de Contas belga	161
2.11.4. Corte de Contas portuguesa	161
2.12. eficácia de coisa julgada nas decisões dos Tribunais de Contas	162
2.13. defesa da jurisdição do Tribunal de Contas	166
2.13.1. o autor de uma ação busca inibir os efeitos de processo em tramitação no Tribunal de Contas, ainda não julgado definitivamente	167

2.13.2. o servidor responsabilizado busca desconstituir judicialmente a decisão do Tribunal de Contas	168
2.13.3. o representante judicial da Administração ou da Fazenda Pública pretende executar decisão da Corte de Contas, arrimada em título executivo oriundo de julgamento de contas, opondo-se o réu sob a alegação de que o julgamento dos Tribunais de Contas não prevalece no Poder Judiciário	169
2.13.4. o representante judicial da administração ou da Fazenda Pública pretende executar decisão da Corte de Contas, arrimada em título executivo oriundo de julgamento de contas, opondo-se o réu apresentando embargos infringentes na execução	169
2.14. posições divergentes	172
2.14.1. o julgamento das contas, pelos Tribunais de Contas, tem natureza de laudo pericial	172
2.14.2. o julgamento do Tribunal de Contas é restrito à existência material do alcance e pode o Judiciário absolver o responsável alcançado, mas não pode negar a existência material de conta irregular	173
2.14.3. as decisões dos Tribunais de Contas podem ser classificadas como “coisa julgada administrativa”, tese defendida pelo estudioso Eduardo Lobo Botelho Gualazzi	175
2.14.4. as decisões dos Tribunais de Contas não constituem expressões da jurisdição porque não são executáveis pelas próprias Cortes	175
2.15. dos recursos judiciais	176
2.15.1. mandado de segurança	177
2.15.2. outras ações	182
2.16. processo eletrônico nos Tribunais de Contas	183
2.17. das funções não jurisdicionais dos Tribunais de Contas	184
2.18. princípios da jurisdição aplicáveis aos Tribunais de Contas	185
2.18.1. princípio da motivação	185
2.18.2. princípio da lealdade processual	186
2.18.3. princípio do livre convencimento do julgador	190
2.18.3.1. indeferimento de provas	191
2.18.3.2. noções sobre provas	192
2.18.3.2.1. do ônus da prova em geral	193
12 J. U. JACOBY FERNANDES	
2.18.3.2.2. do ônus da prova nos Tribunais de Contas	194
2.18.3.2.2.1. do ônus da prova na Tomada de Contas Especial	196
2.18.3.2.2.2. ônus da prova na tomada ou prestação de contas anual	197
2.18.3.2.2.3. noções sobre o objeto da prova e dispensa do ônus	197
2.18.3.2.2.3.1. fatos notórios	198
2.18.3.2.2.3.2. fatos afirmados por uma parte e confessados pela outra	200
2.18.3.2.2.3.3. fatos incontroversos	200
2.18.3.2.2.3.4. fato em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade	201
2.18.3.2.2.3.5. fatos que devem ser provados (objeto da prova)	202
2.18.3.3. dos meios de prova	205
2.18.3.3.1. do depoimento pessoal	206
2.18.3.3.2. da prova documental	207
2.18.3.3.2.1. da arguição de falsidade	208
2.18.3.3.2.2. do dever de exhibir documentos	209
2.18.3.3.2.3. dos documentos protegidos por sigilo bancário (Lei Complementar nº 105/2001)	210
2.18.3.3.2.4. dos documentos dos comerciantes	212
2.18.3.3.3. da prova pericial	212
2.18.3.3.4. das diligências	215
2.18.3.3.5. das gravações	216
2.18.3.3.6. das provas ilícitas	217
2.18.3.3.7. das provas emprestadas	218
2.19. conclusões.....	219
CAPÍTULO III - COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	222
3.1. competência e atribuições	222
3.2. classificação da competência	225
3.2.1. competência em razão da matéria	226
3.2.1.1. ações judiciais	226

3.2.1.1.1. da prescrição	227
3.2.1.1.1.1. da relevação de prescrição	229
3.2.1.1.1.2. da omissão que causa a prescrição	229
3.2.1.1.1.3. da prescritibilidade e da imprescritibilidade	229
3.2.1.1.1.4. outros princípios aplicáveis	231
3.2.1.1.2. a administração na condição de réu	232
3.2.1.1.3. da responsabilidade civil da administração	232
3.2.1.1.4. controle sobre a atividade jurídica	234
3.2.1.1.5. controle pelo órgão representante	235
3.2.1.1.6. ineficácia do controle social	236
3.2.1.1.7. a participação do Magistrado e do Ministério Público	236
3.2.1.2. acordo extrajudicial	237
3.2.1.3. acordo judicial	240
3.2.1.4. ação regressiva	241
3.2.1.5. acordo coletivo de trabalho	243
3.2.1.6. admissão de pessoal	245

TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL 13

3.2.1.6.1. da competência dos Tribunais de Contas	247
3.2.1.6.2. decisões dos Tribunais de Contas sobre início de aplicação do concurso	247
3.2.1.6.3. da fundamentação das decisões	249
3.2.1.6.4. dos precedentes judiciais sobre a data da exigibilidade do concurso	251
3.2.1.6.5. da desnecessidade de instauração de TCE	252
3.2.1.6.6. registro de admissões	255
3.2.1.6.7. dos procedimentos de controle	256
3.2.1.6.8. dos exames de editais	256
3.2.1.6.9. das taxas de inscrição e direitos dos candidatos	257
3.2.1.6.10. direito de ser nomeado.....	259
3.2.1.6.11. acumulação de proventos e vencimentos	262
3.2.1.6.12. testes psicotécnicos	263
3.2.1.6.13. ônus dos exames pré-admissionais	264
3.2.1.6.14. exame laboratorial - anti-HIV	265
3.2.1.6.15. vagas reservadas a deficientes físicos	265
3.2.1.7. anistia	266
3.2.1.8. aposentadoria	267
3.2.1.8.1. considerações sobre a previdência geral	267
3.2.1.8.2. economicidade na apreciação	268
3.2.1.8.3. natureza jurídica de apreciação da legalidade.....	269
3.2.1.8.4. limites da competência	270
3.2.1.8.4.1. registro em moldes diferentes do que foi concedido.....	272
3.2.1.8.4.2. diligência adiando o exame da legalidade	272
3.2.1.8.4.2.1. sobre a recusa em acatar a suspensão dos pagamentos	274
3.2.1.8.5. aposentadoria com proventos a maior	275
3.2.1.8.6. restituição de vencimento e proventos	276
3.2.1.8.7. aposentadoria com proventos a menor	278
3.2.1.8.8. casos especiais de aposentadoria	279
3.2.1.8.8.1. justificação judicial	279
3.2.1.8.8.2. serventuários de cartório	282
3.2.1.8.8.3. efeitos do julgamento pela inconstitucionalidade de proventos	282
3.2.1.8.8.4. servidor sem vínculo efetivo	284
3.2.1.8.9. revisão judicial das decisões.....	285
3.2.1.8.9.1. mandado de segurança – aposentadoria – autoridade coatora	286
3.2.1.8.9.2. ampla defesa e contraditório – mandado de segurança	287
3.2.1.8.10. revisão da aposentadoria registrada – limite à autotutela	288
3.2.1.8.11. revisão de ofício pelo Tribunal de Contas	290
3.2.1.8.12. exclusão de parcela e coisa julgada	291
3.2.1.8.12.1. interpretação de julgados e de jurisprudência	291

3.2.1.8.12.2. limite de remuneração e coisa julgada	296
3.2.1.8.12.3. outros aspectos dos proventos	298
3.2.1.9. atestados e certidões	298
3.2.1.10. auditoria contábil, financeira e orçamentária	301
3.2.1.11. auditoria operacional e inspeção	302
3.2.1.11.1. auditoria ambiental	305
14 J. U. JACOBY FERNANDES	
3.2.1.12. auxílio ao Poder Legislativo	306
3.2.1.12.1. exame de normas em matéria de contas	307
3.2.1.12.2. apoio à comissão parlamentar de inquérito	307
3.2.1.12.3. operações de crédito e rolagem de dívida	308
3.2.1.13. bens públicos	309
3.2.1.14. constitucionalidade de lei	310
3.2.1.14.1. da apreciação de norma em tese	312
3.2.1.14.2. dos efeitos da apreciação	317
3.2.1.14.3. procedimentalização da apreciação	321
3.2.1.14.4. leis e retroatividade da despesa	322
3.2.1.14.5. controle de projetos de lei	323
3.2.1.15. consulta	324
3.2.1.15.1. requisitos da consulta	324
3.2.1.15.1.1. ser formulada por autoridade competente	325
3.2.1.15.1.2. versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas	325
3.2.1.15.1.3. dúvida na aplicação de normas	326
3.2.1.15.1.4. clareza na formulação da consulta	326
3.2.1.15.1.5. parecer técnico ou jurídico	326
3.2.1.15.2. efeitos da consulta	327
3.2.1.15.2.1. orientação.....	327
3.2.1.15.2.2. prejulgamento da tese	328
3.2.1.15.2.3. recurso contra consulta	328
3.2.1.16. contas anuais do Presidente da República	329
3.2.1.16.1. parecer e o devido processo legal	330
3.2.1.16.2. omissão na remessa das contas	332
3.2.1.16.2.1. protocolização de contas pelo omissio	333
3.2.1.16.2.2. omissão e contas irregulares	333
3.2.1.17. contas anuais das demais autoridades	334
3.2.1.17.1. histórico sobre a competência de julgar	335
3.2.1.17.2. nível de julgamento	337
3.2.1.17.3. julgamento de contas e do responsável	340
3.2.1.17.4. julgamento em conjunto ou separado	341
3.2.1.18. contas especiais	342
3.2.1.18.1. fundo partidário	346
3.2.1.18.2. incentivo à cultura	347
3.2.1.18.3. valor de alçada em Tomada de Contas Especial	347
3.2.1.18.4. medidas judiciais	347
3.2.1.19. demissão de empregados	348
3.2.1.20. denúncia	352
3.2.1.20.1. denúncia anônima	353
3.2.1.20.2. denúncia pela imprensa	355
3.2.1.21. divulgação de informações	356
3.2.1.22. execução da despesa	356
3.2.1.22.1. ordem de pagamento	357

TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL 15

3.2.1.22.2. classificação correta da despesa	358
3.2.1.22.3. multas contra a Administração Pública	359
3.2.1.22.4. execução de contratos	362
3.2.1.22.5. pagamento antecipado	362

3.2.1.23. execução das decisões	365
3.2.1.23.1. da eficácia de título executivo	368
3.2.1.23.2. título executivo extrajudicial autônomo.....	370
3.2.1.23.3. da inscrição em dívida ativa	371
3.2.1.23.4. liquidação do acórdão	372
3.2.1.23.4.1. quem deve ser inscrito como devedor	373
3.2.1.23.4.1.1. pessoa física ou jurídica	373
3.2.1.23.4.1.2. desconsideração da pessoa jurídica	373
3.2.1.23.4.1.3. solidariedade entre devedores	374
3.2.1.23.4.1.4. solidariedade afastada por acordo entre as partes	375
3.2.1.23.4.1.5. a divisão do débito	375
3.2.1.23.4.1.6. a solidariedade na condenação e inscrição	376
3.2.1.23.4.2. economicidade na execução	377
3.2.1.23.5. execução voluntária	378
3.2.1.23.5.1. pelo devedor	378
3.2.1.23.5.2. por terceiros	380
3.2.1.23.5.3. pelos sucessores	380
3.2.1.23.6. consignação em pagamento	381
3.2.1.23.7. pagamento com recursos do erário	383
3.2.1.23.8. parcelamento	384
3.2.1.23.9. execução e compensação de créditos	385
3.2.1.23.10. da execução forçada	386
3.2.1.23.10.1. desconto em salários	387
3.2.1.23.10.2. desconto nos vencimentos e proventos	389
3.2.1.23.10.2.1. regra geral - esfera federal	389
3.2.1.23.10.2.2. ato doloso - esfera federal	390
3.2.1.23.10.2.3. dispensa de reposição - esfera federal	391
3.2.1.23.10.2.4. Estados, Municípios e Distrito Federal	392
3.2.1.23.10.3. desconto em valores de pensão	392
3.2.1.23.10.3.1. decorrente de débito do servidor falecido	392
3.2.1.23.10.3.2. decorrente de débito do beneficiário	393
3.2.1.23.10.4. desconto de valores na demissão	393
3.2.1.23.10.5. da execução judicial do acórdão	394
3.2.1.23.10.5.1. competência para execução	395
3.2.1.23.10.5.2. das medidas cautelares	402
3.2.1.23.10.5.3. inscrição no CADIN	404
3.2.1.23.10.5.4. panorâmica sobre a eficácia	406
3.2.1.23.10.5.5. execução provisória ou definitiva	407
3.2.1.23.10.5.6. da exceção de pré-executividade	407
3.2.1.23.10.5.7. rito processual: executivo fiscal ou execução por quantia certa do CPC	408
3.2.1.23.10.5.8. rito de execução processual nas unidades federadas	409
3.2.1.23.10.5.9. dos argumentos do entendimento diverso	410
3.2.1.24. inelegibilidade e contas públicas	412
16 J. U. JACOBY FERNANDES	
3.2.1.24.1. irregularidade insanável	413
3.2.1.24.2. contas rejeitadas por decisão irrecurável	416
3.2.1.24.2.1. questão sub judice	417
3.2.1.24.3. contas de quem não é agente público	418
3.2.1.24.4. compulsoriedade da comunicação	419
3.2.1.25. medidas cautelares de controle	420
3.2.1.25.1. afastamento temporário de dirigentes	420
3.2.1.25.2. arresto e indisponibilidade de bens	422
3.2.1.25.3. sustação de atos	423
3.2.1.25.4. ato administrativo de alerta	424
3.2.1.25.4.1. ato cautelar	426
3.2.1.25.4.2. a definição de responsabilidade	426
3.2.1.25.4.2.1. atenuante da responsabilidade	428

3.2.1.25.4.2.2. morfologia	429
3.2.1.26. penalidades aplicáveis	430
3.2.1.26.1. inabilitação para cargo em comissão	430
3.2.1.26.2. declaração de inidoneidade de empresa	431
3.2.1.26.3. multa	433
3.2.1.26.3.1. classificação	434
3.2.1.26.3.2. dos requisitos para aplicação da multa	435
3.2.1.26.3.2.1. ilegalidade de ato	435
3.2.1.26.3.2.2. despesa ou irregularidade de contas	435
3.2.1.26.3.2.3. previsão em lei	435
3.2.1.26.3.2.4. limite máximo	436
3.2.1.26.3.2.5. ampla defesa e contraditório	436
3.2.1.26.3.2.6. multa e prescrição	436
3.2.1.26.3.3. multa e desvio de finalidade	437
3.2.1.26.3.4. multa - fato gerador sub judice	437
3.2.1.26.3.5. multa e dano sem locupletamento	438
3.2.1.26.3.6. omissão no dever de prestar contas	439
3.2.1.26.3.7. falecimento do responsável	439
3.2.1.26.3.8. efeitos do pagamento da multa	440
3.2.1.26.3.9. pagamento com recursos públicos	442
3.2.1.26.3.10. multa e cumulação de penas	442
3.2.1.26.3.11. recolhimento prévio ao recurso	442
3.2.1.26.3.12. cessação do ato irregular	443
3.2.1.26.4. responsabilidade solidária	443
3.2.1.27. parecer prévio	444
3.2.1.28. pensão	444
3.2.1.28.1. beneficiário	445
3.2.1.28.2. devolução de parcela	445
3.2.1.29. publicidade e propaganda	446
3.2.1.30. recursos para fiscais - controle	447
3.2.1.30.1. contribuições das entidades de classe	447
3.2.1.30.2. royalties de petróleo	449
3.2.1.31. receita	451

TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL 17

3.2.1.32. representação por irregularidade ou abuso	456
3.2.1.32.1. responsabilidade fiscal	457
3.2.1.33. sigilo fiscal e bancário	457
3.2.1.33.1. sigilo fiscal	458
3.2.1.33.1.1. hierarquia constitucional do CTN e o conflito com leis ordinárias	459
3.2.1.33.2. sigilo bancário	461
3.2.1.33.2.1. sigilo bancário e direito de defesa	463
3.2.1.33.2.2. os direitos fundamentais e o sigilo fiscal	464
3.2.1.33.2.3. sigilo como decorrência do direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas	466
3.2.1.33.2.4. inviolabilidade das comunicações de dados e telefônicas	466
3.2.1.33.2.5. outros direitos fundamentais	467
3.2.1.34. sustação de contratos	470
3.2.1.34.1. peculiaridades do contrato de gestão	477
3.2.1.34.2. contratos típicos de direito privado	478
3.2.1.34.3. danos decorrentes de contratos	479
3.2.2. competência em razão do valor	480
3.2.3. competência em razão da pessoa	481
3.2.3.1. empresas estatais	483
3.2.3.2. entidades de classe	484
3.2.3.3. entidades de previdência privada fechada	486
3.2.3.4. entidades privadas que gerem recursos públicos	487

3.2.3.5. entidades que gerem recursos de convênios	487
3.2.3.6. entidades privadas do sistema "S"	489
3.2.3.7. desestatização ou reprivatização	490
3.2.3.8. particular sem vínculo com a administração	491
3.2.3.9. organizações sociais	493
3.2.3.10. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP	495
3.2.3.11. presidentes de tribunal	496
3.2.3.12. intervenção de terceiros	497
3.2.3.12.1. da assistência	497
3.2.3.12.2. embargos de terceiro	498
3.2.3.13. sociedade sem controle acionário do Estado	499
3.2.4. <i>competência funcional</i>	501
3.2.4.1. princípios da recorribilidade	502
3.2.4.2. pressupostos gerais de recorribilidade	503
3.2.4.2.1. recorribilidade do ato decisório	503
3.2.4.2.2. da tempestividade do recurso	505
3.2.4.2.3. da suspensão e da interrupção dos prazos	505
3.2.4.2.4. da adequação do recurso	506
3.2.4.2.5. legitimidade da parte	508
3.2.4.2.5.1. recurso de terceiro	509
3.2.4.2.5.1.1. recurso de empresa em processo de licitação	510
3.2.4.2.5.1.2. recurso após anulação de licitação	511
18 J. U. JACOBY FERNANDES	
3.2.4.2.5.2. recurso do Ministério Público	512
3.2.4.2.5.3. recurso interposto por advogado	512
3.2.4.2.5.3.1. ausência de procuração	512
3.2.4.2.5.4. recurso de órgãos públicos	513
3.2.4.2.6. a questão do duplo grau de jurisdição	514
3.2.4.2.7. a questão da reformatio in pejus	515
3.2.4.2.8. da coisa julgada administrativa	516
3.2.4.2.9. os efeitos do recurso.....	519
3.2.4.2.10. dos recursos em espécie	520
3.2.4.2.10.1. do recurso de reconsideração	521
3.2.4.2.10.2. do recurso de embargos de declaração	522
3.2.4.2.10.3. do recurso de revisão	525
3.2.4.2.10.4. do pedido de reexame	529
3.2.4.2.10.5. agravo	530
3.2.5. <i>competência em razão do território</i>	531
3.2.5.1. a divisão de competência	532
3.2.5.2. a descentralização do controle	533
3.2.5.2.1. conflito entre Tribunais de Contas	535
3.2.5.3. recursos repassados às demais esferas de governo	537
3.2.5.3.1. convênios entre unidades federadas	541
3.2.5.3.2. recursos de fundos federais	549
3.2.5.3.3. recursos do FNAS	550
3.2.5.3.4. recursos do FGTS	552
3.2.5.3.5. recursos do FPE, FPM e FUNDEFE	553
3.2.5.3.6. universidades e fundações autônomas	554
CAPÍTULO IV - DEFESA NOS TRIBUNAIS DE CONTAS	556
4.1. dos princípios da jurisdição aplicáveis	556
4.1.1. <i>princípio da legalidade</i>	557
4.1.2. <i>princípio da segurança jurídica</i>	559
4.1.3. <i>princípio do juiz natural</i>	564
4.1.3.1. distribuição aleatória de processos	564
4.1.3.2. designação do relator	564
4.1.3.3. impedimento e suspeição	565

4.1.3.4. aplicação ao Ministério Público	570
4.1.4. <i>princípio do devido processo legal</i>	570
4.1.4.1. encaminhamento de documentos	573
4.1.4.2. relação com outros princípios	574
4.1.5. <i>princípio do contraditório e da ampla defesa</i>	574
4.1.5.1. garantias decorrentes	574
4.1.5.1.1. garantia de informação	575
4.1.5.1.2. garantia de manifestação	579
4.1.5.1.3. garantia de ver suas razões consideradas	579
TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL 19	
4.1.5.2. aplicação aos sujeitos à jurisdição	579
4.1.5.3. aplicação aos terceiros interessados	580
4.1.5.4. aplicação na Tomada de Contas Especial	582
4.1.6. <i>o princípio da eventualidade</i>	584
4.2. alegações de defesa - exceções e sua aplicação	584
4.3. defesas processuais - peremptórias	585
4.3.1. <i>coisa julgada</i>	585
4.3.2. <i>incompetência da Corte de Contas para o julgamento</i>	588
4.4. defesas processuais - dilatórias	590
4.4.1. <i>irregularidade da citação</i>	590
4.4.1.1. citação e audiência	590
4.4.1.2. da forma	592
4.4.1.3. das peculiaridades da citação	594
4.4.1.4. do tempo	596
4.4.1.5. dos requisitos de validade	596
4.4.1.6. citação na fase interna dos processos de Tomada de Contas Especial	600
4.4.2. <i>impedimento e suspeição</i>	601
4.4.3. <i>irregularidades na pauta</i>	601
4.5. defesas de mérito - exceções substanciais	603
4.5.1. <i>regularidade da conduta</i>	604
4.5.1.1. exclusão da ilicitude da conduta	604
4.5.1.2. responsabilidade subjetiva	605
4.5.2. <i>quitação</i>	605
4.5.3. <i>outras alegações de defesas</i>	606
4.5.3.1. na omissão do dever de prestar contas	606
4.5.3.1.1. ausência de prova de repasse e decurso de tempo	606
4.5.3.1.2. execução da despesa em mais de um mandato ou gestor	607
4.5.3.1.3. contas já prestadas – prova com protocolo	607
4.5.3.1.4. omissão e improbidade	607
4.5.3.2. ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	608
4.5.3.3. ausência de comprovação da irregularidade e cerceamento de defesa	609
4.5.3.4. falhas estruturais	611
4.5.3.5. força maior e caso fortuito	615
4.5.3.6. decurso de tempo	615
4.5.3.7. falecimento do responsável	616
4.5.3.8. boa-fé	618
4.5.3.8.1. acumulação de cargos	619
4.5.3.8.2. denunciante de boa-fé	619
4.6. inacumulação de penalidades	620
4.7. prescrição da penalidade	620
4.7.1. <i>prescrição antes do julgamento</i>	621
20 J. U. JACOBY FERNANDES	
4.7.2. <i>prescrição após o julgamento</i>	621
4.7.3. <i>prescrição intercorrente</i>	622
4.7.4. <i>responsabilização do causador da prescrição</i>	622
4.7.5. <i>prazos prescricionais</i>	623
4.8. revelia	624

4.9. <i>jus postulandi</i>	626
4.10. revelia e defensor dativo	628
4.11. assistência de defensor	628
4.12. forma	629
4.13. questões correlatas	632

CAPÍTULO V - ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS 634

5.1. breve histórico	634
5.2. estrutura	637
5.2.1. <i>estruturização sistêmica</i>	637
5.2.2. <i>criação dos Tribunais de Contas do Brasil</i>	640
5.2.3. <i>TCU paradigma para as unidades da federação</i>	646
5.3. prestação de contas	648
5.4. composição	649
5.4.1. <i>Ministros e Conselheiros</i>	649
5.4.1.1. requisitos	650
5.4.1.2. critérios	654
5.4.1.3. proporcionalidade nos demais Tribunais de Contas	659
5.4.1.4. situação peculiar dos novos Estados	665
5.4.1.5. vinculação das vagas	667
5.4.1.6. ordem de preenchimento das vagas	669
5.4.2. <i>Ministros-substitutos e Conselheiros-substitutos</i>	670
5.4.3. <i>Ministros-Ouvidores</i>	672
5.4.4. <i>servidores</i>	672
5.4.5. <i>Ministério Público</i>	676
5.4.5.1. breve histórico	676
5.4.5.2. distinção do Ministério Público comum	678
5.5. da representação judicial do Tribunal de Contas	689
5.5.1. <i>regra geral</i>	690
5.5.2. <i>o Tribunal como autoridade coatora em ações de Mandado de segurança</i>	690
5.5.3. <i>ações de defesa institucional</i>	691
5.5.4. <i>ações em conflito com o ente a que se vinculam</i>	692
5.5.5. <i>ações para execução de suas próprias decisões</i>	693
5.5.6. <i>ações de cobrança de multa</i>	694
5.6. agentes de controle	694
TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL 21	
5.6.1. <i>direitos e prerrogativas</i>	694
5.6.1.1. dos Ministros e Conselheiros	695
5.6.1.2. dos Ministros e Conselheiros-substitutos	701
5.6.1.3. dos Procuradores do Ministério Público	701
5.6.1.4. servidores	702
5.6.1.5. da Corregedoria	705
5.6.2. <i>deveres e restrições</i>	706
5.6.2.1. deveres	707
5.6.2.2. restrições	708
5.6.2.2.1. restrições constitucionais	708
5.6.2.2.2. restrições principiológicas	710
5.6.2.2.2.1. à imposição de obrigações	710
5.6.2.2.2.2. pertinente à preservação da unidade de doutrina	712
5.6.2.2.2.3. à ocupação de cargos e funções	712
5.6.2.2.2.4. à divulgação de informações	713
5.6.3. <i>defesa judicial dos agentes públicos</i>	716
5.7. ética e controle	718
5.7.1. <i>os valores tutelados pelo controle</i>	720
5.7.1.1. legitimidade	722
5.7.1.2. economicidade	723
5.7.1.3. probidade administrativa e moralidade	724

5.7.1.4. agentes de controle	725
5.7.2. ética no julgamento pelo controle	726
5.7.3. exemplo e ação pedagógica do controle	726
ÍNDICE REMISSIVO	730